



ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 05.321.987/0001-60

Relatório da Administração

A ENTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:

	2023	2022
Disponibilidade (%)	99,99%	100,00%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2023, a ENTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2023/2024, 2. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas

de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série e 3. Machine Learning e fadiga multiaxial para cabos condutores: fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ENTE apoiou em 2023 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Fundação Bienal, Cia Ballet de Cegos da Associação Fernanda Bianchini, Fundação Bachiana

Filarmônica, MAM - Museu de Arte Moderna, CEPE - Centro Esportivo para Pessoas Especiais, Instituto Sports, Instituto Tiago Camilo, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Instituto Jô Clemente (APAE SP), Associação para Crianças e Adolescente com Câncer - TUCCA, Hospital São José de Criciúma, Santa Casa de Marília e Associação de Amparo ao Idoso (Instituto Velho Amigo). **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2023, os resultados da ENTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	143.349	104.570
EBITDA	170.488	113.832

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ENTE.

A Diretoria

Balanco Patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.068	35.267	64.403	46.744
Investimento curto prazo	5	308	8.901	308	8.901
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		6.619	9.443	9.981	14.596
Ativo contratual da concessão	6	112.276	116.934	188.790	190.292
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		1.067	1.967	2.122	3.196
Outros tributos compensáveis		50	51	52	53
Dividendos a receber		6.511	6.507	-	6.507
Outros ativos		2.489	6.027	3.806	6.682
		184.388	185.097	269.462	276.971
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		7.317	6.476	10.464	8.520
Ativo contratual da concessão	6	608.273	670.481	1.347.157	1.385.904
Outros ativos		445	623	445	623
Investimentos	7	203.895	209.907	97.311	104.913
Imobilizado		832	897	872	975
Intangível		7.603	1.491	7.606	1.493
		828.365	889.875	1.463.855	1.502.428
Total do Ativo		1.012.753	1.074.972	1.733.317	1.779.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	105.290	30.556	150.656	40.183
Fornecedores		2.802	3.032	3.953	5.724
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	8.996	7.995	10.503	9.658
Outros tributos a pagar		5.050	4.395	7.803	6.567
Dividendos a pagar		-	33.244	6.484	42.035
Provisão para compensação ambiental	14	560	465	560	465
Encargos regulatórios	10	3.844	6.551	4.327	6.870
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	12	7.466	7.776	14.821	14.828
Outros passivos		1.439	6.126	3.436	7.544
		135.447	100.140	202.543	133.874
Passivo não circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	105.116	156.206	462.379	539.792
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	184.863	177.325	303.269	290.886
Provisão para demandas judiciais	13	600	600	600	600
Encargos regulatórios	10	1.277	970	1.805	1.368
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	12	40.450	44.587	111.479	113.361
Outros passivos		3.966	-	4.051	-
		336.272	379.688	883.583	945.807
Total do passivo		471.719	479.828	1.086.126	1.079.681
Patrimônio líquido					
Capital social	15	340.078	340.078	340.078	340.078
Reservas de lucro	15	166.108	155.334	166.108	155.334
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	15	34.848	99.732	34.848	99.732
Total do patrimônio líquido		541.034	595.144	541.034	595.144
Participação de acionistas não controladores		-	-	106.157	104.574
Patrimônio líquido + participação de acionistas não controladores		541.034	595.144	647.191	699.718
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.012.753	1.074.972	1.733.317	1.779.399

(Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Receita	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção		72.489	69.619	86.620	82.764
Remuneração do ativo contratual da concessão		51.055	118.565	145.092	218.672
(-) Parcela variável		(1.196)	(239)	(1.204)	(239)
Receita Operacional Líquida	17	122.348	187.945	230.508	301.197
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(4.088)	(4.220)	(6.393)	(6.406)
Material e serviços de terceiros		(2.765)	(3.477)	(3.446)	(3.683)
Outros		5.750	(1.147)	5.264	(1.557)
Lucro Bruto (Despesas) Receitas Operacionais		121.245	179.101	225.933	289.551
Despesas financeiras		(5.316)	(4.559)	(6.237)	(5.695)
Material e serviços de terceiros		(995)	(651)	(1.348)	(972)
Depreciação e amortização		(211)	(184)	(275)	(237)
Outras		(501)	(237)	1.173	(10.653)
		(7.023)	(6.631)	(6.687)	(17.557)
Resultado de equivalência patrimonial	7	32.532	34.967	3.035	14.577
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		146.754	208.437	222.281	286.571
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	5.246	3.589	8.087	5.545
Despesas financeiras	18	(26.573)	(25.650)	(68.025)	(69.860)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		125.427	186.376	162.343	222.256
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(13.319)	(10.812)	(15.810)	(12.771)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 19	(7.538)	(15.898)	(12.583)	(29.511)
Lucro líquido do exercício		104.570	159.666	133.950	179.974
Atribuído a acionistas controladores		104.570	159.666	104.570	159.666
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	29.380	20.308

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reservas de Retenção de Lucros			
340.078	68.016	-	45.048	45.040	102.995	-	601.177
			(29.460)		(102.995)		(102.995)
					159.666		159.666
			26.690		(26.690)		
					(33.244)		(33.244)
					99.732		99.732
Saldo em 31 de dezembro de 2022	340.078	68.016	71.738	15.580	99.732	-	595.144
					(99.732)		(99.732)
							(15.580)
							104.570
							104.570
							(26.354)
							(43.368)
							(43.368)
					34.848		(34.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	340.078	68.016	98.092	-	34.848	-	541.034

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE" ou "Companhia") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpiadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP. A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A. A ENTE e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo Vigência	Índice de operação comercial	Data da entrada em operação	Redução de 16º anexo da RAP a partir de 2023
ENTE	-	085/2002	30	2032	195.198	IGP-M fev/05
EDTE (**)	50,10%	15/2016	30	2046	86.938	IPCA jan/20

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023. (** RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 95.799 para EDTE.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ENTE e de sua controlada entende que ao final do prazo de cada concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2024. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente as informações evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ENTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a ENTE e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da ENTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrerem indicadores de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro do cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a ENTE e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionando a margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação pelos serviços. **PV (Parcela Variável):** A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **2.5 Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ENTE e de sua controlada em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a ENTE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a ENTE detém em 31 de dezembro de 2023:

Razão Social	% participação	2023	2022
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	50,10%	50,10%
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Coligada	38,02%	38,02%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Coligada	18,45%	18,45%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa à obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa impl

→ continuação

ENTE - Empresa Norte e Transmissão de Energia S.A. - CNPJ/MF nº 05.321.987/0001-60

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2023, a ENTE e sua controlada possuem saldo de R\$308 no individual e consolidado respectivamente (R\$8.901 em 31 de dezembro de 2022) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,54% e 100,84% do CDI, respectivamente.

6. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

Movimentação do ativo contratual da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	778.257	1.544.497
Receita de operação e manutenção	75.292	89.936
Remuneração do ativo contratual da concessão	128.227	239.752
Efeito da revisão tarifária periódica	-	(14.104)
(-) Parcela variável	(258)	(258)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(194.103)	(283.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	787.415	1.576.196
Receita de operação e manutenção	78.752	94.507
Remuneração do ativo contratual da concessão	55.466	160.313
(-) Parcela variável	(1.299)	(1.308)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(199.745)	(293.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	720.549	1.535.947
Ativo contratual da concessão - circulante	112.276	188.790
Ativo contratual da concessão - não circulante	608.273	1.347.157
Total circulante e não circulante	720.549	1.535.947

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ENTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	12.012	33.349	357.262	402.623
Debêntures 4ª emissão	3.025	49.966	-	52.991	3.025	49.966	-	52.991
Debêntures 5ª emissão	584	(52)	29.880	30.412	30.450	584	(52)	29.880
Debêntures 6ª emissão	76	-	49.741	49.817	-	75	-	49.742
CCB	773	50.905	25.495	77.173	102.981	773	50.905	25.495
Arrendamento mercantil	-	13	-	13	160	-	19	232
	4.458	100.832	105.116	210.406	186.762	16.469	134.187	462.379

Individualmente o saldo de principal da dívida do curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 4ª emissão o saldo é de R\$34, na 5ª emissão o saldo é de R\$172 e na 6ª emissão o saldo é de R\$258. Adicionalmente, o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo na controlada EDTE para a 2ª emissão de debêntures é de 5.074. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures da ENTE e sua controlada:

Empresas operacionais	Data da Contratação		Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
	EDTE	ENTE			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 2ª emissão	dez/18	dez/28		315.000	IPCA	5,29%	Semestral	Semestral
Debêntures 4ª emissão	jul/19	jul/24		50.000	108,6% do CDI	No vencimento	No vencimento	No vencimento
Debêntures 5ª emissão	mai/22	mai/27		30.000	CDI + 1,8%	4º e 5º ano	Semestral	Semestral
Debêntures 6ª emissão	dez/23	dez/28		50.000	CDI + 1,65%	3º, 4º e 5º ano	Mensal	Mensal
CCB - Cédula de Crédito Bancário	jul/20	jul/25		100.000	CDI + 2,9%		Mensal	Mensal

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

	ENTE	
	31/12/2023	31/12/2022
Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2023 (*)	840.242	840.242
Debêntures 4ª emissão	840.242	840.242
Debêntures 5ª emissão	840.242	840.242
Debêntures 6ª emissão	840.242	840.242
CCB - 270269920	840.242	840.242

A Administração da ENTE e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2023, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2025	51.398	51.398
2026	25.253	74.363
2027	31.572	83.296
2028	31.625	236.656
2029	16.666	16.666
	105.116	462.379

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	154.171	524.428
Ingresso de dívidas	29.760	29.760
Juros e variação monetária	24.536	68.324
Amortização do principal e dos juros	(21.705)	(42.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	186.762	579.975
Ingresso de dívidas (líquido dos custos de transação)	49.741	49.741
Juros e variação monetária	26.098	67.368
Amortização do principal e dos juros	(52.195)	(84.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	210.406	613.035

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	579	(27)	579	399
Contribuição social - CSLL	8.996	7.995	10.503	9.658

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora	Consolidado
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	3.593	3.796
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.343	3.548
Taxa de fiscalização - ANEEL	185	281
	5.121	7.521
Passivo circulante	3.844	6.551
Passivo não circulante	1.277	970

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas reconhecidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPD 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, OCPD 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora		Consolidado	
	Reconhecido no resultado 31/12/2021	Reconhecido no resultado 31/12/2022	Reconhecido no resultado 31/12/2021	Reconhecido no resultado 31/12/2022
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa	(18)	5	(13)	5
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(11.336)	719	(10.617)	229
Subtotal	(11.354)	724	(10.630)	234
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II	172.781	15.174	187.955	7.304
IN nº 1515/14	172.781	15.174	187.955	7.304
Subtotal	172.781	15.174	187.955	7.304
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	161.427	15.898	177.325	7.538

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com os requisitos de independência exigidos de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e sua controlada passem a ter o direito incondicional de receber caixa como contrapartida da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 720.549 mil para a controladora e R\$ 1.535.947 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e sua controlada à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia e sua controlada em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insuportos necessários para o cumprimento da

obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de juros esperada bem como e as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia e sua controlada, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, reatando o valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e de sua controlada; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (ii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e sua controlada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e de sua controlada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Eduardo Wellchen - Sócio Contador - CRC SP-184050/O